

**Circuitos museais para a visitação crítica:
descoloniza o e protagonismo indígena**

DOI: 10.2436/20.8070.01.65

Marília Xavier Cury

Doutora em Ciências da Comunica o pela Universidade de São Paulo, Brasil.

Professora da Universidade de São Paulo, Brasil.

E-mail: maxavier@usp.br

Resumo

O museu e a Museologia têm acertos com os indígenas no Brasil. Por mais de um século os indígenas são representados nas institui es museais sob a tutela colonialista, posi o a ser alterada emergencialmente, a responder às demandas dos povos indígenas do Brasil quanto   autonomia e soberania indígenas para a constru o de suas histórias, memórias e rela es sociais. O museu vem se instrumentalizando com a es colaborativas para a indigeniza o da institui o, descolonizando-a. Isso alcança tanto o modelo clássico de museu quanto o museu indígena, mesmo que de formas distintas, mas complementares. O artigo argumenta nessa dire o, pauta-se em questões para observa o e reflexões, apresentando alguns museus nacionais, estaduais, universitários e indígenas, como convite   visita o crítica de exposi es museais.

Palavras-chave: Descoloniza o do museu, Museus indígenas, Representa o em museus, Autonarrativas em museus, Trabalho colaborativo.

1 INTRODU O

A temática indígena ainda está por ser valorizada e fortalecida no Brasil nos mais diversos setores da nossa sociedade e os museus não fogem a essa regra.

O ensino formal ainda busca subsídios, formas de aprofundamento ou, até, informa es e estratégias elementares que possibilitem o professor a trabalhar a questão em sala de aula. A obra A temática indígena na escola - novos subsídios para professores de 1  e 2  graus, organiza o de Aracy L. da Silva e Luís Donisete B. Grupioni, lançado em 1995, estabeleceu um marco, como foi de grande contribui o o livro A temática indígena na escola – subsídios para os professores de Pedro Paulo Funari e Ana Pi on e tantas outras publica es que são hoje acessíveis pela internet. Apesar de certa disponibilidade de informa es, ainda perdura na nossa sociedade o

pensamento colonialista que alimenta a formação de preconceitos e estereótipos sobre os indígenas, e a escola não está isenta disso, tampouco os livros didáticos, base escolar para essa questão.

Os museus continuam a ser um apoio, pois por meio de suas exposições e ações de educação comunicam sobre temas indígenas e desenvolvem abordagens a partir de seus acervos. Mas, na grande maioria, ainda não dão conta da temática e quebra de estereótipos porque, de fato, os museus aparelhados para tal finalidade são os antropológicos, etnográficos e arqueológicos, muitos mantidos por universidades ou outras mantenedoras que apoiam a pesquisa. São diversos esses museus e podemos citar alguns como os intitulados Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE, mantidos pelas Universidades Federais da Bahia (UFBA), Paraná (UFPR) e Santa Catarina (UFSC) e pela Universidade de São Paulo (USP), o Museu de Arqueologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), das Culturas Dom Bosco vinculado à Universidade Católica Dom Bosco. O Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) é a referência mais antiga, como deve ser tratado também o Museu Paraense Emílio Goeldi mantido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. O Museu do Índio, Funai, é outro exemplo de instituição pública vinculada ao Governo Federal, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, como também o Museu do Homem do Nordeste (Recife, PE), Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj, Ministério da Educação. Todos esses museus, e tantos outros, têm um trabalho pautado na difícil superação das visões colonialistas que ainda fazem parte do *modus operandi* das instituições, mas o momento é desafiador para essas instituições museológicas, pois há exigências que precisam se efetivar, o que envolve a descolonização do pensamento e das práticas e aqui chegamos a uma questão essencial para os museus atuais, a comunicação. Se de um lado os museus precisam transformar suas políticas científicas atualizando-as, por outro devem atualizar a práxis, a museografia, ou sejam, deve pensar-se e atuar diferentemente.

Os museus estaduais têm suas responsabilidades também, pois no limite cabe a eles o compromisso de, ao menos, informar sobre os povos indígenas que habitam os estados da federação que representam, na grande maioria das vezes ligados às estruturas de secretarias de cultura, alguns exemplos: Museu do Ceará (Fortaleza, CE), Museu do Estado de Pernambuco (Recife, PE), Museu Paranaense (Curitiba, PR), Museu do Piauí (Teresina, PI) e Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre (Tupã, SP), exceção, pois está no interior e não na capital.

Ainda, temos os museus municipais, museus em cidades e os museus de cidade, espera-se deles que tratem dos indígenas que ocuparam ou ocupam os territórios onde se inscrevem historicamente e culturalmente.

Há uma movimentação para que as transformações ocorram nos museus, para que as culturas indígenas tenham seus espaços de participação devidos. A (re)qualificação de coleções é uma forma de trabalho que amplia as visões museais, ao inserir os indígenas nos processos de estudo das coleções. Mas há outros processos que propõem laços estreitos, os trabalhos colaborativos, relações novas que se estabelecem entre museus e culturas indígenas, tendo o profissional de museu, muitas das vezes o pesquisador – antropólogo, arqueólogo, museólogo, educador e outros – à frente de novas formas de construção de conhecimento museológico que coloca os indígenas como protagonistas do e no museu. O que os museus buscam, em síntese, é se descolonizar trabalhando com os indígenas ou, vindo de outro ângulo, o protagonismo indígena descolonizando os museus, pensamento e práxis, a museografia enfim.

O Museu do Estado de Pernambuco tem sob sua guarda a coleção Carlos Estevão de Oliveira, formada entre os anos de 1908 a 1946, quando esse pernambucano trabalhou na região Amazônica, Alemquer e Belém, cidade onde, inclusive, dirigiu o Museu Paraense Emílio Göeldi até sua morte em 1946. A coleção compreende 3.224 peças “... de 54 povos indígenas, mostra uma variedade de objetos que faziam e fazem parte da vida cotidiana desses povos” (ATHIAS, 2010, p. 305). Na instituição está também a Coleção Fotoetnográfica do mesmo coletor que chegou ao Museu com a coleção de objetos. As coleções etnográficas são estudadas – requalificadas, colaborativamente etc. – sob a coordenação de Renato Athias na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

A política institucional do Museu do Índio, implementada a partir de 2000, levou esse museu à qualificação de coleções, inserindo-as em novos discursos e em diálogo com itens recém coletados de forma colaborativa. A particularidade desse museu está na relação de continuidade com as culturas de origem dos objetos indígenas sob sua guarda. O Museu do Índio mantém ações sistemáticas de qualificação de coleções, nesse caso em colaboração com grupos indígenas, que desenvolve pela Coordenação de Patrimônio Cultural – Copac. Esse setor atua com representações indígenas integrando a construção de conhecimento com levantamento e registros de informações em base documental, de acordo com esclarecimentos prestados pela técnica Ione Helena Pereira Couto.

Museu Paraense Emílio Göeldi, Belém, PA, tem sob sua guarda coleção etnográfica, curadoria da antropóloga Cláudia Leonor López Garcés, é cuidada também por uma indígena, Suzana Primo dos Santos, funcionária do referido museu. O setor apoia e promove os diálogos dos pesquisadores do Museu e os indígenas que atuam ativamente com seus saberes e visões, assim como incorpora as informações geradas na base de dados, aos cuidados de Alegria Benchimol, dentre outros colaboradores. Ainda, é relevante divulgar a contribuição da Suzana para a museologia, sua visão sobre esse lugar e sobre a responsabilidade de cuidar de coleções indígenas na Reserva Técnica Curt Nimuendaju (SANTOS, GARCÉS, 2016).

O Museu Nacional (MN) da UFRJ participa desse novo cenário. Há exemplos, Edmundo Pereira aprofunda reflexões sobre práticas de colecionamento recorrendo a repertórios musicais afro-brasileiro e indígena (PEREIRA, 2016). João Pacheco de Oliveira mantém parceria com o Museu Magüta e apoia pesquisadores que analisam essa instituição (ver OLIVEIRA, 2012; ROCA 2015a). Ainda a título de exemplo, o antropólogo é curador da exposição itinerante Os primeiros brasileiros. “Para isso, em vários momentos da exposição buscávamos relacionar o passado e o presente, produzindo um entrecruzamento de temporalidades” (OLIVEIRA, SANTOS, 2016, p. 21) que promoveu a preparação por indígenas do Nordeste de um conjunto de objetos para serem expostos. Oliveira e Santos (2016) abordam a formação de parcerias. Para a exposição Os primeiros brasileiros destacam a Associação dos Povos Indígenas do Nordeste, Norte de Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME, a Fundaj e aportes do CNPq. Nesse contexto, outros objetivos não previstos inicialmente foram alcançados.

Essa inversão de perspectiva, abandonando uma visão empobrecida da cultura indígena do Nordeste e passando a ostentar um orgulho das próprias práticas culturais, foi algo que não atingiu apenas os indígenas. Os museus da região passaram também a reconhecer essa diversidade. O Museu do Homem do

Nordeste é um exemplo, entre muitos, de reformulação dos seus espaços e coleções a partir daí. Hoje consta em seus acervos uma significativa coleção produzida nos últimos anos pelos povos indígenas do Nordeste. Não apenas os seus objetos passaram a frequentar os museus, como também os indígenas passaram a ocupar cada vez mais esses espaços políticos. (OLIVEIRA, SANTOS, 2016, p. 53)

O Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da USP há anos mantém ações colaborativas e curadorias compartilhadas com indígenas, levadas a cabo pela antropóloga Fabíola Andréa Silva. Por um lado, a antropóloga trabalhou com a coleção Xikrin reunida e doada à instituição por Luz Vidal (ver SILVA, GORDON, 2011), mas também com requalificação de coleções Asurini (SILVA, 2016). Por outro, trabalha com os Asurini na perspectiva da arqueologia colaborativa e da etnoarqueologia. A museóloga Marília X. Cury, apoiada nos saberes da museologia e da comunicação museológica, desde 2010 desenvolve ações museológicas baseadas na pesquisa-ação participativa com indígenas no Oeste de São Paulo, Kaingang, Krenak, Guarani Nhandewa e Terena (sobre essas experiências, ver CURY, 2012a; CURY, 2016b, CURY, 2016c; CURY, 2017). Mais recentemente, sob a coordenação dessa museóloga, mas também de Carla Gibertoni Carneiro, Maurício André da Silva e Viviane Wermelinger Guimarães, o MAE-USP desenvolve projeto expográfico colaborativo e autonarrativo com os Guarani Nhandewa, Kaingang e Terena das Terras Indígenas Araribá (Avaí), Icatu (Braúna) e Vanuíre (Arco-Íris), sobre a ação em curso, ver Cury(2017).

O Museu Histórico Pedagógico Índia Vanuíre – MIV é vinculado à Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo que compartilha a gestão museal com a Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari – ACAM Portinari. “O Museu Índia Vanuíre, desde 2012, mantém o Centro de Referência Kaingang e dos Povos Indígenas no Oeste Paulista como estratégia para reunir e disseminar informações sobre as culturas indígenas. Disponibiliza materiais distintos para consulta de pesquisadores de universidades e outros” (<https://www.museuindiavanuire.org.br/o-museu/acervo/centro-de-referencia-kaingang>). Pelo Centro, o MIV requalifica coleções já formadas, mas também forma acervo contemporâneo, como atribuição destacada (CURY, YONAMINE, 2014). Uma sucessão de ações gera a formação constante de acervo, mas também muitos questionamentos sobre política de gestão. O MIV é um laboratório de experimentação museológica (CURY, 2016a; CURY, 2016b; CURY, 2016c). O que as experimentações realizadas propõem a debater é como os museus estão preparados e o que devem considerar para uma política institucional e de gestão de acervo contemporâneas que respeitem a participação e os direitos indígenas constitucionais relacionados à imagem, privacidade e autoral. Para os museus, a ausência de legislação específica e normativa se torna preocupante para aqueles que se dedicam cotidianamente à musealização das culturas indígenas, os próprios índios e profissionais de museus. Apesar da fragilidade na interpretação da legislação vigente, o museu deve regularizar a tomada de registros (fotográficos, videográficos e sonoros) e da entrada desses nos museus, assim como construir uma normalização documental para a instituição, para avançar na relação entre museologia e museografia, museu e culturas indígenas (CURY, 2016a), à semelhança do que já acontece no Canadá pela Rede de Pesquisa Recíproca (<https://www.rncommunity.org>). Conforme Nuno Porto (2016, p.

64), a Rede é constituída pela parceria entre o Museum of Anthropology – MOA, da Universidade da Colúmbia Britânica, os Musqueam, a Nação *Stó:lō* e o centro *U'mista* dos *Kwakwaka'wakw*, visando à reunião de coleções dispersas em diferentes instituições e tornar as classificações indígenas e não indígenas inteligíveis entre si. Apesar da relevância dessa Rede, ainda fica uma questão aberta – os usos, especificamente quanto ao acesso – permitidos e não permitidos para coleções e objetos, segundo os desejos dos indígenas a serem respeitados pelos museus e suas sucessivas gestões.

Quanto ao uso e acesso do objeto pelo museu, no caso das culturas indígenas, devem-se prever condições e restrições a serem discutidas e estabelecidas com os indígenas para cada caso ou situação, o que pode comprometer o acesso ao público em geral, entendendo acessos a públicos especificados. (CURY, 2016a, p. 14)

Mas, muito além do modelo do museu tradicional, i. e., aquele estruturado no século XIX cujo *modus operandi* ainda é hegemônico, mas carrega na museografia uma tradição respeitável a ser atualizada conceitualmente e politicamente, temos o modelo do museu comunitário, no caso, o museu indígena. São duas formas de se fazer museu, mas na concepção de Andrea Roca (2015a), duas manifestações da indigenização dos museus com finalidades e alcances distintos, diria complementares. Regina Abreu (2012) aproxima os dois modelos pelo protagonismo indígena. José R. Bessa Freire (2009), por sua vez, considera “a descoberta dos museus pelos índios”, título de seu artigo.

A questão é, para a elaboração de um circuito museal que favoreça uma visita crítica, promovendo o protagonismo indígena e desconstruindo o museu, visando a descolonização, objeto deste artigo, os dois modelos museais são necessários, um complementa o outro, o museu indígena vai além do modelo tradicional, sobre essas questões o artigo se organiza.

2 EXPOSIÇÕES ANTROPOLÓGICAS – PAUTAS PARA A VISITAÇÃO

Há formas de se organizar exposições, abordagens, metodologias, modelos. Para a descolonização dos museus, devemos considerar as formas de representação dos indígenas nos espaços museais. Ainda precisamos avançar na questão da crítica de exposições, como sugere Cury (2012b), algumas questões podem ser pautadas inicialmente, segundo a autora. A primeira seria referente à forma de institucionalização e problemática museal, ou seja, que modelo de museu – museu tradicional, museu-casa, ecomuseus, museu comunitário, museu de território e de percurso, centro de interpretação, sítios arqueológico e etnográfico musealizados e tantos outros – que a concepção de museu permite. Um segundo aspecto está ligado à temporalidade da exposição – longa duração, uma vez que não existem exposições permanentes, e temporárias, curta e média duração. A lógica discursiva, como as retóricas são engendradas, é uma questão determinante, a considerar as visões da antropologia e arqueologia, mas também da comunicação e educação e, ainda, a visão indígena não mediada, ou seja, a autonarrativa. Nessa linha, a etnografia influencia processos expográficos, nos oferece enfoques distintos, a depender do campo nas aldeias ou nos

museus com a curadoria de coleções. O quanto uma abordagem etnográfica distancia ou aproxima a exposição (sua mensagem) do público e por que a antropologia se volta, às vezes, para uma expografia estetizada em detrimento da contextualização são questões a serem aprofundadas. A construção das retóricas lineares ou episódicas (hipertextuais) são relevantes, pois colocam em evidência que desenvolvimento conceitual, espaço, circulação estão interligados em exposições e constitui-se na relação que o visitante terá. A colocação pronominal está diretamente relacionada à colaboração e à autonarrativa, ou seja, quem fala, de quem se fala, o jogo entre EU/NÓS, VOCÊ/VOCÊS e ELE/ELES. Nesse jogo estão as possibilidades reais de participação, os métodos para tomada de decisão, a formação da equipe, a autoridade do museu recolocada, para levantar alguns pontos sobre representação e autorrepresentação. As contribuições das NTIC – Novas Tecnologias da Informação e Comunicação para as exposições museológicas estão cada vez mais presentes, como também os recursos cenográficos e sensoriais para a construção da linguagem expositiva e para a proposição de experiências de visitação. Em síntese, em se tratando da crítica esperada para os museus e exposições, a discussão sobre partidos expográficos precisa ser aprofundada, desnaturalizando o museu e suas exposições, evidenciando que museu e exposição são produtos culturais carregados de ideologias (GONÇALVES, 1995).

Uma visão panorâmica sobre o estado da arte dos museus quanto à representação indígena é apresentada por Leilane Patrícia de Lima. A pesquisa de pós-doutorado *Os museus de arqueologia e a arqueologia nos museus: análise de exposições museais no oeste de São Paulo e norte do Paraná* (MAE-USP, financiamento Fapesp e Fapesp/Capes), está orientada no eixo temático *Museologia e Comunicação Museológica, Museografia e Museu, Coleções Indígenas e Exposição*, contribuindo com a *Arqueologia Pública* na sobreposição com a *Museologia*. O objetivo é evidenciar como a *Arqueologia* e o patrimônio indígena, mais amplamente falando, tem presença em ambientes museais. Estudos do meio museal, particularmente as exposições, permitem a elaboração panorâmica de modelos expográficos que utilizam (ou não) acervos indígenas musealizados nas ações comunicacionais, colaborando na construção de subsídios para uma crítica. O recorte regionalizado – municípios de duas unidades geopolíticas vizinhas, São Paulo (Oeste) e Paraná (Norte), que compartilham processos de ocupação humana e colonização bastante semelhantes. Até o momento, foram realizadas 55 visitas técnicas em instituições museais nos dois estados. A realidade empírica proporciona o levantamento das condições dos acervos indígenas apresentados em exposições, suas fragilidades e horizontes comunicacionais (LIMA, 2016).

Em se tratando das culturas indígenas, “as práticas colaborativas nem sempre implicam parcerias em termos de igualdade, e nas estruturas dialógicas sempre há quem possa falar mais alto” (ROCA, 2015a, p. 143), são processos a serem construídos, enfrentados e problematizados como prática sistêmica. Na exposição *Os primeiros brasileiros*, os indígenas do Nordeste brasileiro participaram como parceiros. Pela APOINME, a equipe da exposição chegou às lideranças ligadas à luta pela terra e outros direitos, definindo, assim a narrativa da exposição: “Entre as pré-condições necessárias estava também repensar a participação indígena, que não deveria limitar-se a fornecer mão de obra ou informantes, mas deveria ocorrer através do controle dos efeitos políticos de tal exposição” (OLIVEIRA, SANTOS, 2016, p. 20).

Complementando a perspectiva crítica da colaboração e colocando em outra ótica, “[...] não se trata [...] ‘da incorporação, pela museologia dominante, dos conceitos, dos protocolos e dos processos originados nas sociedades indígenas’, e sim da conquista

da cena museológica pela agência indígena: são os índios que estão abordando os museus, e não o contrário” (ROCA, 2015a, p. 142, destaques da autora).

A questão é, no museu antropológico uma exposição colaborativa pode ter curadoria acadêmica, recorrendo a pesquisadores da antropologia, ou indígena, quando a autonarrativa prevalece, considerando dois polos, para explicitar as colocações pronominais, ELES x NÓS. Sem juízo de valor, as duas vertentes são necessárias, mas a primeira diminui o protagonismo indígena e a soberania dos povos indígenas que devemos apoiar.

Vivemos um processo no Brasil, algumas experiências podem ser apresentadas, de modo a incitar escolhas de museus para visitação com olhar crítico quanto às representações dos indígenas em museus.

O Museu do Índio – MI é uma referência. As exposições a partir dos anos de 2000 ilustram claramente esse processo brasileiro. Com a parceria do Centro de Trabalho Indigenista – CTI, Dominique Gallois coordenou a exposição de longa duração Tempo e espaço na Amazônia: os Wajãpi (2001/2006). A exposição permitiu que a política institucional do MI ampliasse o seu acervo, adquirindo novos itens, uma vez que a exposição estava voltada para a vida atual dos Wajãpi. A coleção formada com 307 objetos veio acompanhada de todas as informações para serem inseridas na documentação museológica. A parceria com o CTI permitiu, em 2007, a coordenação de Lux Vidal para a exposição A presença do invisível: na vida cotidiana e ritual dos povos indígenas do Oiapoque aberta, sobre a vida ritual, pública e privada dos povos Galibi Kali’na, Karipuna, Palikur e Galibi-Marworno, habitantes do Amapá. Mantendo a política de formação de acervo, o processo expográfico resultou na nova coleção com 297 objetos, 250 deles foram expostos com 19 outros incorporados anteriormente. Esse movimento gerado pelas duas exposições veio a alterar profundamente a política de gestão de acervo do MI. Foi criado o Programa de Documentação do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas – ProgDoc que articula até hoje a formação de coleções qualificadamente, formação de pesquisadores indígenas e não indígenas, gestão documental e, em decorrência, organização de exposições, como Ashaninka: o poder da beleza (2014) e No caminho das miçangas: um mundo que se faz de contas (COUTO, 2016).

As exposições Tempo e espaço na Amazônia: os Wajãpi e A presença do invisível: na vida cotidiana e ritual dos povos indígenas do Oiapoque tiveram, à época, como ainda têm, grande repercussão. Foram estudadas e publicadas. Na pesquisa de Livia Nascente (2011), intitulada Memória, museu e narrativas coletivas – os povos indígenas do Oiapoque no Museu do Índio, temos uma descrição densa e crítica da exposição A presença do invisível: na vida cotidiana e ritual dos povos indígenas do Oiapoque. Regina Abreu (2012) se refere às duas exposições, e outras experiências, no artigo Museus indígenas no Brasil: notas sobre as experiências Tikuna, Wajãpi, Karipuna, Palikur, Galibi Marworno e Galibi Kali’na.

A exposição de longa duração No caminho das miçangas: um mundo que se faz de contas, aberta em 2015, com curadoria de Els Lagrou, conforme site do MI,

reúne 700 peças e 20 filmes de 24 etnias do Brasil, além de 18 da África, da Ásia e das Américas, em sete ambientes - Viagem, Mito, Encontro, Troca, Brilho, Ritual, Encanto e Mergulho -, com instalações multimídias interativas no casarão central do Museu do Índio.

Diferentes povos indígenas participaram da confecção dos objetos exibidos, na mostra, por meio de oficinas de transmissão de saberes, assim como na produção de imagens sobre técnicas de trabalho com miçangas. Todo esse trabalho vem sendo desenvolvido com a participação de inúmeros pesquisadores indígenas, no âmbito do Programa de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas - PROGDOC - criado, em 2008, em parceria com a Unesco.

O MI é uma das instituições que indicamos para o circuito de visitação que deve começar pelo site institucional (<http://www.museudoindio.gov.br>), antes da visitação presencial à exposição de longa duração No caminho das miçangas: um mundo que se faz de contas.

O Museu de Arqueologia e Etnologia Oswaldo Rodrigues Cabral da UFSC, MARqE-UFSC, tem uma trajetória com exposições indígenas, como relatado por Viviane Wermelinger Guimarães (2014). A autora destaca que na década de 1990 várias exposições foram organizadas em sincronia com eventos acadêmicos. Mais recentemente duas exposições foram organizadas com participação indígena. Em 2011, Guarani, Kaingáng e Xokleng: memórias e atualidades ao sul da mata atlântica, com os alunos indígenas do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, UFSC. Em 2012 e exposição Ticuna em dois tempos teve participação da Comunidade Tikuna Wotchimaicü, do bairro Cidade de Deus em Manaus, AM.

As duas últimas exposições citadas vão de encontro a atuação contemporânea dos museus, onde há uma busca constante de aproximação com distintos grupos por meio de processos museológicos em cumprimento de um dos seus papéis na sociedade, que é a transformação do patrimônio em herança cultural. No caso do MARqE-UFSC o caminho escolhido foi por meio de processos expográficos. (GUIMARÃES, 2016, p. 85)

A exposição Guarani, Kaingáng e Xokleng: memórias e atualidades ao sul da mata atlântica foi montada no *hall* do prédio da Reitoria da UFSC. Apesar das adversidades conhecidas de uma exposição fora do espaço museal, como segurança dos objetos e circulação, o *hall* da Reitoria é um espaço político que, suponho, trouxe visibilidade aos alunos e às culturas indígenas. Posteriormente itinerou para outras localidades. Inicialmente, foi montada de forma reduzida na 10.^a SEPEX, Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFSC, entre 19 a 22 de outubro de 2011. Posteriormente, a exposição esteve no Museu Julio de Castilhos, Porto Alegre, RS, entre 5 de novembro de 2011 a 31 de março de 2012. A exposição Ticuna em dois tempos contou com a parceria entre a UFSC, Instituto Nacional de Pesquisa Brasil Plural – IBP, Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas – MA-UFAM, e com a colaboração de João Pacheco de Oliveira, Museu Nacional, UFRJ e Priscila Faulhaber Barbosa, Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atualmente o MARqE oferece a exposição temporária Tecendo Saberes pelos Caminhos Guarani, Kaingang e Laklãnõ-Xokleng, aberta entre 19 de outubro de 2017 e 29 de junho de 2018. Segundo o site do MARqE:

A exposição foi concebida por meio de curadoria compartilhada com representantes dos três grupos indígenas e do projeto Saberes Indígenas na Escola, e para a abertura priorizou-se o convite aos sábios indígenas (os “mais velhos”), que se deslocaram de suas aldeias até o MARqE para prestigiar esta ação de comunicação museológica.

O projeto que implementou a exposição, Saberes Indígenas na Escola, volta-se para o diálogo entre as escolas indígenas e o saber tradicional.

Pelo site do MARqE observamos o uso da cenografia com materiais naturais como o bambu e folhas de palmeiras, o que dá um aspecto bastante agradável, causa uma empatia no visitante. Considero positivo o uso de maquetes e objetos indígenas de grande porte expostos sem vidros. A jogo de tamanho de fotografias, médio e grande portes, é bonito e dinâmico. Outra questão que se destaca é a acessibilidade da exposição, há textos em tinta e brailer, e as ações do setor pedagógico para essa finalidade que acontecem na exposição. A exposição pode ser visitada no Pavilhão de Exposições Antropólogo Sílvio Coelho dos Santos. No site do museu temos informações diversas, como outras que instigam a visita (<http://museu.ufsc.br>).

O Museu de Arqueologia e Etnologia da USP – MAE-USP desenvolve no momento um processo colaborativo e autonarrativo com Guarani Nhandewa, Kaingang e Terena presentes no Oeste paulista, visando a construção da descolonização e indigenização do museu, processo institucional complexo, delicado e cauteloso, orientado pela tomada de decisão com os indígenas pautado na confiança mútua. Uma enorme responsabilidade, um grande desafio, novas fronteiras de ação em expansão. Os trabalhos – entenda-se, discussões, informações, decisões, consolidações, pesquisas complementares, levantamento iconográfico, revisão da documentação museológica centenária etc. – apoiam a expografia em elaboração. As coleções de referência foram integradas ao Museu Paulista pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo e pelos antropólogos Egon Schaden e Herbert Baldus. O estágio atual nos permite buscar parcerias que enriqueçam e ampliem as ações e, sobretudo, a visibilidade e alcance social do projeto. A programação de exposição será divulgada em 2018 (consultar em <http://www.vmptbr.mae.usp.br>, página do facebook Museu de Arqueologia e Etnologia da USP).

Uma última sugestão para um circuito museal, dentre tantos outros que o espaço da publicação não permite apresentar, trato brevemente do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre – MIV, situado na cidade de Tupã, SP. Esse museu estadual de gestão mista compartilhada entre a Secretaria da Cultura de São Paulo e a ACAM Portinari, desde 2008 implementa a política de participação ativa dos Kaingang, Krenak, Terena e Guarani Nhandewa, grupos indígenas de grande presença nas Terras Indígenas Araribá, Icatu e Vanuíre. Essa política promove, pelo protagonismo, a desconstrução da concepção que ainda favorece visões hegemônicas, embora superadas, quanto à colonização do Oeste de São Paulo. Em suma, o MIV problematiza a colonização e a si mesmo, uma vez que é fruto dessa visão (CURY, 2016c; CURY, 2015), questionando, inclusive a patronesse, Vanuíre: ela representa quem (CURY, 2015)? Mas, o MIV é

proativo na formulação de programas atualizados que deem respostas aos dilemas sociais contemporâneos. Só por isso, como se fosse pouco, esse museu merece atenção, ao passo que aqueles que ainda não seguem esse propósito, e são muitos no interior de São Paulo, devem ser passíveis de crítica no sentido da explicitação como construções, produtos culturais carregados de ideologias colonialistas e desenvolvimentistas superadas.

No MIV o visitante encontra a exposição Tupã plural, de curadoria daquela que escreve. Está dividida nos seguintes módulos: “Creio em Tupan”, Aldeia indígena Vanuíre, Índios no Brasil, Representação plumária no acervo indígena, Representação tecida e cesteira no acervo indígena, o projeto de acessibilidade é assinado por Amanda Tojal. Alguns comentários, ao contrário da estrutura do livro didático que tem os indígenas no capítulo inicial, como se mantivessem no passado – linha que alguns museus seguem, a exemplo da exposição de longa duração do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, RJ –, a exposição Tupã plural é iniciada por uma narrativa que introduz o avanço da colonização sobre os territórios Kaingang na região, apresenta questões relacionadas ao projeto de cidade implementado pelo fundador e as contribuições dos imigrantes para a formação da cultura tupãense. Daí para a frente a exposição é indígena, totalizando cerca de 80% do espaço físico. Os módulos Representação plumária e Representação tecida e cesteira no acervo indígena teve a curadoria da etnóloga Sonia Ferraro Dorta e apresenta uma seleção e classificação de objetos plumários, têxteis e cestas que compõem o segmento indígena que caracteriza a instituição e o define como espaço de preservação das culturas indígenas. O módulo Aldeia indígena Vanuíre, por outro lado, foi desenvolvido colaborativamente com os Kaingang e Krenak da Terra Indígena Vanuíre. Subdivide-se, para reafirmação das identidades, em Bravos Kaingang. Tahap! e Os Borun do Watu. Ererré! Esta é a primeira experiência do MIV em colaboração com os indígenas, inclusive foi a primeira vez que esses indígenas tiveram a oportunidade de “*se exporem*” no MIV, para os outros e para si, destacando a intervenção da ACAM Portinari a partir de 2008 (CURY, 2012a). A exposição, aberta em 2010, abriga diversas ações culturais e de educação, muitas com a atuação indígena remunerada, obviamente, expandindo a participação para as demais Terras Indígenas. Ainda, provoca uma grande interação indígenas, pois promove a visita dos mesmos com parentes, para se mostrarem, se verem, conversar, lembrar etc. Para a instituição, o módulo Aldeia indígena Vanuíre representa o início da indigenização do MIV, um lugar para se colocarem. Mas, talvez, o principal êxito do módulo expográfico seja a preocupação com a perspectivas dos Kaingang e Krenak envolvidos na colaboração, pois revestem-se dos conhecimentos nascidos do sofrimento, da luta e da resistência por mais de um século que ainda perdura, pois o etnocídio acontece das formas mais sutis, mas igualmente violentas. Para Boaventura de Souza Santos (2011, *Épistémologies du sud*, Études Rerales),

as epistemologias do sul são um conjunto de procedimentos que visam reconhecer e validar o conhecimento produzido – ou a produzir – por aqueles que têm sofrido sistematicamente as injustiças, a opressão a dominação, e a exclusão, causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado. (SANTOS *apud* PORTO, 2016, p. 61-62)

Em outros termos, o Brasil, o estado de São Paulo e Tupã constituem-se no norte e os indígenas compõem com outros o sul, isso dentro do espaço do museu, para reforçar o lugar social dessa instituição.

No MIV também participei com a equipe local do processo expográfico autonarrativo Fortalecimento da memória tradicional Kaingang – de geração em geração, com a curadoria de José da Silva Campos, o Zeca, Kaingang da TI Vanuíre que reivindicou a exposição, visando mostrar o processo cerâmico completo, contrapondo ao material fotográfico produzido pela antropóloga Delvair Montagner Melatti presente em Bravos Kaingang. Tahap! O curador dirigiu também todos os registros feitos pela equipe do MIV e, com sua mãe Ena Luisa de Campos, produziu as cerâmicas e outras peças expostas. A exposição é parcialmente bilíngue, isto é, a maioria dos textos estão na língua Kaingang, para os Kaingang. A exposição temporária se mantém aberta desde 2015, dado o sucesso alcançado.

A visita ao MIV pode ser iniciada pelo site (<https://www.museuindivanuire.org.br>), pois apresenta as coleções museológicas, a visita virtual, exposições virtuais, vídeos, publicações realizadas, as ações do Centro de referência Kaingang e dos povos indígenas no Oeste paulista, a programação mensal etc.

O circuito museal proposto se encerra parcialmente, visando uma reflexão e empoderamento do leitor, para visitar outros museus, todos os que estiverem ao seu alcance, recomendo enfaticamente, buscando problematizar a presença indígena nesses espaços que devem estar comprometidos com as diversas segmentações da sociedade brasileira. Proponho, ainda, que a busca seja para novas formas de fazer museu, desfazendo as antigas.

Se os museus sempre se pretendem produtores de fascínio e encantamento para os visitantes, a relação que as suas peças e imagens mantêm com coletividades vivas e temas políticos atuais torna-se objeto de jogos de significado e práticas que aqui chamamos de ‘ilusão museal’. Os indígenas não podem ser mais as referências exemplares de populações colonizadas e tuteladas. No século XXI, tais fins não são mais compatíveis com os novos projetos políticos delineados por essas coletividades nem com as possibilidades que os brasileiros não indígenas veem para a própria nação. É preciso descolonizar as técnicas e pressupostos da ‘ilusão museal’, permitindo que os museus se transformem em espaços de afirmação dos direitos políticos e culturais dessas populações e possam contribuir para novos projetos de nação e utopias compartilhadas. Essa foi a nossa aposta! (OLIVEIRA, SANTOS, 2016, p. 53-54)

3 MUSEUS INDÍGENAS – SUGESTÕES PARA VISITAÇÃO

A descoberta dos museus pelos índios, segundo José Ribamar Bessa Freire, acontece na década de 1980 com o Museu Magüta, em Benjamin Constant, Amazonas, organizado por um grupo do povo Ticuna. Iniciada em 1988, a ação museal respaldou a luta por demarcação de terras, a preservação da cultura Ticuna e o seu reconhecimento como indígenas. A partir daí, um movimento de criação de museus indígenas ganha

corpo no Brasil. Em 1995 é criado por esse povo o Museu Indígena Kanindé, situado em Aratuba, Ceará. Em 2000 surge o Museu Indígena Aldeia Pataxó, em Santa Cruz Cabralia, Bahia. O povo Tapeba cria em 2005 o Memorial Cacique Perna-de-Pau, em Caucaia, Ceará. A Oca da Memória, iniciativa dos povos Kalabaça e Tabajara, datado em 2005, situa-se em Poranga, Ceará. Em 2007 é inaugurado o Kuahí – Museu dos Povos Indígenas do Oiapoque, Amapá, com a participação dos Karipuna, Palikur, Galibi Marworno e Galibi Kalinã. Em 2010 é aberto o Museu dos Povos Indígenas da Ilha do Bananal – Javaé e Karajá, em Formoso do Araguaia, Tocantins. No Mato Grosso temos o Museu Comunitário e Centro de Cultura Bororo do Meruri (criação 2001), em General Carneiro, e o Museu Rosa Bororo (1988), em Rondonópolis.

Os museus indígenas têm outra dinâmica, também por isso seja difícil localizá-los, seja porque o território brasileiro é continental, ou porque têm outras denominações, surgem e ressurgem, oscilam, deixam de existir, a depender dos anseios dos grupos envolvidos nesses processo. Também é difícil precisar data de criação, pois são sempre processos que nem sempre tem datas como marcos temporais, ou mesmo funcionamento, pois o que é funcionar em culturas indígenas dinâmicas e intensas? Mas, saber quais são e onde estão é importante, ao menos para as articulações e lutas indígenas e para a conquistas para as políticas públicas.

O quadro 1 apresenta um levantamento, sem esgotamento, dos museus indígenas. A relação apresentada compreende os museus indígenas de que temos notícias, informações obtidas pelo Cadastro Nacional de Museus do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, pela pesquisa de Suzy da Silva Santos (2017), além de mapeamento realizado pela Rede Indígena de Memória e Museologia Social atualizado e apresentado no III Fórum Nacional de Museus Indígenas do Brasil, Lagoa de São Francisco, Comunidade Nazaré, Piauí, realizado entre 19 e 21 de outubro de 2017.

Quadro 1 – Museus Indígenas

Estado	Nome	Povo	Aldeia / TI	Cidade	Ano
AC	Ponto de Cultura Novo Tempo Bena Xina Bena Aldeia São Joaquim Centro de Memórias	<i>Huni Kuin, Kaxinawá</i>		Jordão	
AP	Museu Kuahí dos Povos Indígenas do Oiapoque	<i>Karipuna, Palikur, Galibi Marworno e Galibi Kalinã</i>		Oiapoque	2007
	Núcleos Museológicos Indígenas do Amapá			Santana	
AM	Museu Magüta	<i>Ticuna</i>		Benjamin Constant	1988-1991
	Museu Vivo Casa Cultural Povo Kokama	<i>Kokama</i>		Tabatinga	2006
BA	Museu Indígena da	<i>Pataxó</i>	Aldeia	Santa Cruz	2000

	Aldeia Pataxó		Pataxó	Cabrália	
	Museu Virtual Muka Mukaú – Portal da Cultura Viva Pataxó	<i>Pataxó</i>	Aldeia Velha	Porto Seguro	2008 (?)
CE	Memorial Tapeba Cacique Perna de Pau	<i>Tapeba</i>	Aldeia Ponte	Caucáia	2005
	Museu dos Kariri do Crato	<i>Kariri</i>		Crato	
	Museu Cabaça de Colo	<i>Potiguara</i>		Monsenhor Tabosa	
	Museu Indígena Casa do João de Barro	<i>Gavião</i>		Monsenhor Tabosa	
	Museu Indígena Maria Firmino de Melo	<i>Potiguara</i>	Aldeia Tourão	Monsenhor Tabosa	2009
	Museu Potigatatu	<i>Potiguara da Serra das Matas</i>	Aldeia Mundo Novo	Monsenhor Tabosa	2009 (?)
	Museu Potyra		Aldeia Mundo Novo	Monsenhor Tabosa	s/d
	Museu Potyguara	<i>Potiguara</i>	Aldeia Jucás	Monsenhor Tabosa	s/d
	[Museu Indígena] Sebastiana Rodrigues de Pinho	<i>Potiguara, Gavião, Tabajara e Tubiba-tapuia</i>		Monsenhor Tabosa	
	Museu Indígena Potyगतapuia	<i>Potiguara, Gavião, Tabajara e Tubiba-tapuia</i>	Aldeia Mundo Novo	Monsenhor Tabosa,	2010
	Museu Indígena do Povo Anacé	<i>Anacé</i>		Caucáia	Em formação
	Museu Indígena Jenipapo-Kanindé	<i>Jenipapo-Kanindé</i>	Reserva Indígena Jenipapo-Kanindé, Lagoa Encantada	Aquiraz	2010
	Museu Indígena Kanindé	<i>Kanindé</i>	Aldeia Fernandes	Aratuba	1995
	Museu Indígena Pitaguary	<i>Pitaguary</i>	Aldeias Monguba e Pacatuba, TI	Monguba e Pacatuba	2016

			Pitaguary		
	Museu Indígena Tremembé	<i>Tremembé</i>	Aldeia da Praia, Área Indígena Tremembé	Praia de Almofala, Itarema	2015 (?)
	Oca da Memória	<i>Kalabaça e Tabajara</i>		Poranga	2008
ES	Memorial Tupinikim Ka'arondarapé	<i>Tupiniquim</i>		?	
	Ponto de Memória Ywu Porã	<i>Guarani</i>		Aracruz	
	Ponto de Memória Cerâmica Tupiniquim	<i>Tupiniquim</i>		Aracruz	
MT	Casa de Cultura Mawo – Centro de Formação, Pesquisa, Registro e Divulgação da Cultura Ikpeng	<i>Javaé e Karajá</i>	Aldeia Moygu	Parque Indígena do Xingu	2010
	Museu Comunitário e Centro de Cultura Xavante de Sangradouro	<i>Xavante</i>	Aldeia Xavante de Sangradouro	Primavera do Leste	2005
	Museu Comunitário e Centro de Cultura Bororo de Meruri	<i>Bororo</i>	Aldeia Bororo de Meruri	General Carneiro	2001
	Museu Rosa Bororo	<i>Bororo</i>		Rondonópolis	1988
PR	Centro de Memória e Cultura Kaingang	<i>Kaingang</i>		Tamarana	2016 (?)
PE	Casa de Memória do Tronco Velho Pankararu	<i>Pankararu</i>	Aldeia Brejo dos Padres, TI Pankararu	Tacaratu	2009
	Centro Espírita de Preto Velho Canzuá do Velho Xangô	<i>Quilombo Indígena Tiririca dos Crioulos</i>		Carnaubeira da Penha	
	Memorial Cacique Xikão Xukuru	<i>Xukuru de Ororuba</i>		Pesqueira	
	Museológicos Indígenas Kapinawá	<i>Kapinawá</i>	Território Indígena Kapinawá	Catimbau, Buíque	2015
	Museu-Escola Povo Pankararu	<i>Pankararu</i>	Aldeia Brejo dos Padres, TI Pankakaru	Tacaratu	2011-2012
	Museu Comunitário			Ibimirim	2007

	Indígena Pipipã				
	Museu Comunitário e Territorial Fulni-ô	<i>Fulni-ô</i>		Águas Belas	Em formação
	Museu do Futebol	<i>Quilombo Indígena Tiririca dos Crioulos</i>		Carnaubeira da Penha	1998
PI	Museu Indígena Comunidade de Nazaré	<i>Tabajara</i>		Comunidade de Nazaré, Lagos de São Francisco	
RN	Museu do Índio Luíza Cantofa e Centro Histórico-Cultural Tapuias Paiacus da Lagoa do Apodi	<i>Tapúias e Paiacús</i>		Apodi	
RS	Espaço Pâvañh de Memória, Pesquisas, Produção e Formação Indígena	<i>Kaingang e Guarani</i>	TI Nonoaí	Nonoaí	2008
RO	Museu Paiter A Soe	<i>Paiter Suruí</i>	Aldeia Gãpgir, TI 7 de setembro	Cacoal	2016
SP	Casa da Cultura Kariri	<i>Kariri</i>		Jundiaí	s/d
	Museu Akam Oran Krenak	<i>Krenak</i>	TI Vanuíre	Arco-Íris	2015
	Museu Wowkriwig	<i>Kaingang</i>			2015
	Museu Dois Povos Uma Luta	<i>Kaingang e Terena</i>	TI Icatu	Braúna	Em formação
	Museu Guarani Nhandewa	<i>Guarani Nhandewa</i>	Aldeia Nimuendaju, TI Araribá	Avaí	2017
TO	Iny Heto - Museu dos Povos Indígenas da Ilha do Bananal	<i>Javaé e Karajá</i>		Formoso do Araguaia	2010

Fontes: Dados de pesquisa.

Reduzido a sua menor parte, os museus indígenas servem para satisfazer as necessidades dos indígenas e para atender suas visões de mundo. Eles também escrevem sobre essas experiências (SANTOS, 2016; CAMPOS, 2016; PEREIRA, 2016), apresentam-se em eventos divulgam seus museus na internet, nas mídias sociais, especialmente no facebook. Eles fazem museus para si, como também para dialogar com a sociedade brasileira, reafirmando-se interna e externamente ao grupo, mas, sobretudo, para fazer com que os processos que constroem sejam visíveis.

Vejo nos museus indígenas uma enorme possibilidade de tornar presente o que foi mantido ausente ou invisível por séculos, em posição contrária ao conhecimento construído na resistência cultural, sempre na relação com a dominação e exclusão (PORTO, 2016, p. 62), reais alternativas ao capitalismo, ao colonialismo e às relações de apropriação autoritárias e dominadoras,

[...] considero que a indigenização dos museus consiste nos processos ativados pela agência indígena nas instituições museológicas, colocando o reconhecimento do seu direito soberano à autorrepresentação, à propriedade e à administração dos seus próprios saberes e tradições, exercendo, portanto, seu direito à identidade, a terra, ao passado, à história e à memória. (ROCA, 2016a, p. 142)

Os processos museológicos nos museus indígenas têm uma complexidade, longe de qualquer romantismo que se possa supor para os museus comunitários. A negociação faz parte desse museu, mantida pelos membros do grupo. Não são apenas instituições de transmissão de conhecimento, mas de hierarquias e controles sobre os segredos ligados à espiritualidade e ao sagrado. Assim, expor ou não expor, registrar ou não registrar dependem de estruturas superiores decisivas, o que coloca os pajés numa centralidade na tomada de decisão do que se institucionaliza pelo museu, considerando a diversidade de públicos, na comunidade e externa a ela. Em síntese, é o líder religioso o “*curador chefe*”, na ausência de termo melhor. E é ele que coloca os distintos públicos em suas posições – os não iniciados, os não indígenas, os pesquisadores e profissionais de museus parceiros etc. Na leitura de Roca (2015a, p. 126) subentendi que o poder do líder espiritual se refaz e se reforça no museu indígena, numa dinâmica complexa que se dá com o grupo, ele se reafirma na liderança que exerce, como também como autoridade curatorial. Para a curadoria, ele não está sozinho, pois tendo o dom da espiritualidade, a comunicação com os encantados torna-se um modelo de gestão participativa e os encantados curadores (CURY, 2017). Se a ressacralização do museu antropológico é uma pauta nova que devemos incorporar às aulas de museologia e museografia (idem, p. 205), os museus indígenas nos oferecem essa lição de forma aprofundada.

Se anteriormente tratei do acesso à informações no museu tradicional, talvez, pela experiência do *Ashiwi A:wan Museum and Heritage Center* (New Mexico, EUA), podemos vislumbrar que isso só seria possível no museu indígena, à exemplo do que Roca (2015a, p.126) aponta na experiência desse museu Zuni quando lida com os saberes do sagrado, cuja página web do museu problematiza o acesso aos acervos, com o estabelecimento de protocolos de acesso diferenciados, segurança que a tecnologia pode nos oferecer.

Há no conceito indígena do museu outras participações e articulações, entre o cacique e lideranças e a comunidade, entre os mais velhos e mais jovens, entre pesquisadores e professores indígenas, entre os jovens, entre as crianças, mas o coletivo, respeitando-se as lideranças e as hierarquias na forma social de organização, o coletivismo impera. Suzenilson da Silva Santos, Kanindé, me fez notar com muita clareza que os museus indígenas geralmente não têm patronos, a denominação traz sempre o coletivo – Kanindé, Kenipapo-Kanindé, Pitaguary, Kapinawá etc. –, acrescentaria que nos nomes atribuídos há conceitos como *Wowkriwig*, nome de uma Kaingang, mas que representa no Museu o ideal de mulher que ajudou a povoar a aldeia

indígena de Kaingang, também representa o nascimento de um novo dia, pois a tradução é sol nascente. De qualquer forma, a afirmação de Suzenilson Santos é correta, o coletivo sempre caracteriza o museu indígena.

A articulação entre os museus indígenas é fundamental, tal articulação que viabiliza a realização do Fórum de Museus Indígenas do Ceará e Fórum Nacional de Museus Indígenas do Brasil. As primeiras edições desses eventos aconteceram simultaneamente em 2014 no Museu Indígena Kanindé, município de Aratuba, Ceará. O II Fórum de Museus Indígenas do Ceará e II Fórum de Museus Indígenas do Brasil aconteceram, respectivamente, no Museu Indígena Jenipapo-Kanindé e no Museu Indígena Kapinawá em 2016. O III Fórum Nacional de Museus Indígenas do Brasil foi organizado pela Comunidade de Nazaré, povo Tabajara, em Lagoa de São Francisco, Piauí. Cabe destacar que a organização é sempre impecável, compreendendo hospedagem e alimentação para, muitas vezes, mais de 200 participantes, entre indígenas e não indígenas.

Faço agora três indicações de museus indígenas para visita, dentre tantos outros, pois eu mesma já os visitei. Inicialmente, e considerando o Quadro 1, valeria a pena pesquisar o acesso aos demais museus indígenas, muitos deles podem ser localizados pelo facebook. Antes de tudo, entretanto, é importante solicitar aos interessados que agendem a visita previamente e verifique as condições de visita e de ingresso e programação disponível para diferentes formação de grupos. Vale a orientação, nunca vá a uma aldeia indígena sem autorização prévia.

O Museu Indígena Kanindé, aldeia Fernandes, município de Aratuba, CE, é um dos mais antigos do Brasil. O Museu foi criado e idealizado pelo cacique do povo Kanindé, José Maria Pereira dos Santos, o Sotero, curador da coleção inicial, classificada por ele como Coisas dos índios, Coisas dos velhos ou Coisas dos antigos e Coisas das matas, brilhante ao meu ver. O propósito inicial do museu, para Sotero, segundo Suzenilson da Silva Santos, foi de preservar as histórias e memórias do povo Kanindé (SANTOS, 2016):

A gente bota na parede desse museu tudo da cultura da gente. A gente guarda tudo que representa nossa nação, seja caça, armas, plantas e documentos. Aqui a gente vive da agricultura. Planta o milho, o feijão, a fava, a mamona, a mandioca. E principalmente a gente se alimenta da caça. Isso aqui é o peba! Nós temos muito aqui na nossa quebrada. O pé do gavião estragador de galinha. Ele é muito danado! Tem o pé do jacu. Esse é um pé de um veado, nós temos muito ainda na nossa quebrada. Essa é uma cabeça de um cassaco e esse outro é um tejo. Nós temos muito ainda e é muito gostoso! Esse é um gato maracajá. Essa é uma coruja. Aqui é um serra-pau, ele derruba tudo que é galho. Ali é a cabeça de um bode. Isso aqui é uma cabeça de bode. Isso aqui é uma casa de abelha, isso ali é uma casa de formiga. Esse é um couro de mocó. Isso é a asa de um gavião e isso é o nosso artesanato de madeira imburana. (Sotero apud SANTOS, 2016, p. 156)

A conceituação de Cícero Pereira, liderança dos Kanindé, é bastante significativa para entendermos a importância do Museu Kanindé:

O museu pros Kanindé é bisavô, é avô, é pai e é mãe, porque é a história deles, a história que tinha lá atrás, é o que a gente tem aqui. O museu pros Kanindé é vida. Nós gostamos do museu do tanto que a gente gosta dos pais da gente, porque aí tem um pouco do retrato, da imagem de tudo. Tem a imagem do peba, do pote que foi feito antigamente, tudo ali foi um retrato dos nossos antepassados, retrato de quem construiu aquela história. (apud SANTOS, 2016, p. 156)

Desde a sua criação em 1995, o Museu mantém as funções museológicas de formação de acervo, catalogação, pesquisa, exposição e educação, “por meio da implementação de atividades programadas, que são registradas pelos integrantes do núcleo educativo e pedagógico, jovens estudantes indígenas da Escola Indígena Kanindé” (idem, p. 157). Esses jovens são também responsáveis pela proposta pedagógica do Museu que agrega diferentes gerações de Kanindé nos processos de “escolher os objetos mais significativos para a história da etnia, para a musealização” (idem, p. 157). Por isso, a relação museu e escola é estreita e bastante eficaz.

As ideias indígenas devem ter sempre a nossa atenção, nelas estão os saberes que queremos aprender, sem nunca apreender:

Muitos são os desafios para o núcleo educativo e gestor do Museu Indígena Kanindé, mas temos certeza de que devemos nos apropriar dessas estratégias e que essa história deve ser contada por nós, para que nossas futuras gerações sejam sabedoras da nossa verdadeira história de luta e de memória. Pois a gente nasce, a gente vive, a gente morre, mas nosso povo sempre viverá nesta terra. (SANTOS, 2016, p. 159)

O Museu Kanindé tem sua organização voltada ao povo que representa, por isso o considero um exemplo de museu indígena, e por isso recomendo que seja visitado, para que se possa conhecer uma aldeia e ter contato com saberes que desconhecemos, entendermos outras formas de organização e outras visões de mundo. O contato pode ser feito pela página Museu Indígena Kanindé no facebook.

O Museu Indígena Jenipapo-Kanindé situa-se no município de Aquiraz, CE. No museu e na exposição, entramos em contato com a história de luta dos Jenipapo-Kanindé, com destaque à luta recente para conquista das terras indígenas a que têm por direito, mas cobiçadas pela especulação imobiliária e pela degradação do entorno pelo setor industrial. Tal luta foi liderada pela cacique Pequena, uma grande mulher, que estimula a liderança da mulher na aldeia, sempre em conjunto com os homens certamente. O Museu Indígena Jenipapo-Kanindé está integrado à pousada comunitária mantida na aldeia. Nesse prédio está a exposição de longa duração bastante elucidativa das lutas, conquistas, patrimônios e trabalhos desse povo indígena. Mas, apesar da importância do prédio e da exposição, o Museu Indígena Jenipapo-Kanindé é mais um excelente exemplo de que um museu não é um prédio, um museu é o território, a cultura, as relações e tudo o que se vive nesse espaço. Por isso, o museu é a aldeia como um todo e circuitos de visitação estão bem estabelecidos, como a duna, a Lagoa Encantada, as trilhas, pontos patrimoniais como a casa da farinha etc. Há momentos

especiais para a comunidade, como a preparação da farinha de mandioca, quando todos participam, e festas. Toda a visitação é orientada por jovens da localidade preparados para o atendimento do visitante na exposição e nas trilhas., sob coordenação de Heraldo Alves, o Preá.

A aldeia Jenipapo-Kanindé e o Museu Indígena Jenipapo-Kanindé fazem parte da Rede Tucum, programa Turismo Comunitário, cujo site disponibiliza agendamento de visita (<http://www.tucum.org/comunidades/jenipapo-kaninde-aquiraz>). Acompanhe também o museu pela página Museu Indígena Jenipapo Kanindé no facebook.

O Museu Wowkriwig (Sol nascente) está situado na Terra Indígena Vanuíre, bairro Ponte Alta, município de Arco-Íris, SP. Trata-se de museu organizado e idealizado pelas lideranças com os jovens e crianças Kaingang que compõem o Grupo Cultural Kaingang nessa localidade. Esse grupo, em novembro de 2017, comemora 20 anos de trabalho para o fortalecimento da cultura outrora ameaçada. O trabalho do grupo foi iniciado por José da Silva Campos, o Zeca. Coube ao neto de Candire – Maria Cecília de Campos, falecida em 1999 com 110 anos, passar os conhecimentos ancestrais para os Kaingang. Ele foi educado na cultura Kaingang pela avó que, cabe lembrar, atravessou o século XX, viveu a ocupação do território Kaingang, ou seja, todo o Centro Oeste paulista, a formação dos aldeamentos, hoje as Terras Indígenas Vanuíre e Icatu, e tantas outras violações e violências sofridas pelos indígenas. Para seu neto Zeca Candire pediu:

Você pega firme na luta. Porque estou indo embora. Mas isso não acaba. Quero que você se encarregue para a frente. Ou seja, se juntar com os povos Kaingangs. Pegue, junte aqueles que querem te acompanhar. Que acreditam em você. Fala para eles o que eu deixei, te passei. O que é importante, da raiz. A medicina. O que nós entendemos os remédios. Somos os conhecedores das ervas que tem dentro da mata. (CAMPOS, 2016, p. 61)

Para os Kaingang, os mais velhos são muito importantes, Zeca, como pesquisador, sempre procurou pelos anciões,

[...] porque eles são os mais sábios. Eu, praticamente, estou aprendendo com eles ainda. Têm aquele ensinamento. Apesar de que eu não tive pai [...] quem me criou foi a minha avó, que ao mesmo tempo foi pai e mãe. E sempre falou só um idioma [o Kaingang] até os 16, 17 anos. Depois foi. Deus a levou. (CAMPOS, 2016, p. 60)

Sobre o antepassado, Dirce Jorge Lipu Pereira, atual líder do Grupo, afirma que:

[...] não adianta você viver dentro de uma reserva [indígena] se não tem o conhecimento do seu povo, do seu passado. Você vai deixar de viver. Porque, sem a cultura e nossos rituais, quem somos nós? Hoje se temos força, é de viver o nosso passado. É nisso que encontramos mais força ainda. (PEREIRA, 2016, p. 54)

Sobre os ancestrais e a espiritualidade, José da Silva Campos explica:

É como se minha avó estivesse falando agora. [...] A gente conversa com várias pessoas. Pensamento vem tipo relâmpago que tem que falar naquela hora. Tudo vem do pessoal que já se foram e estão junto da gente espiritualmente [...] é como se ela estivesse falando agora. (CAMPOS, idem, p. 61)

O Museu Wowkriwig, como o Museu Kanindé e todos os outros, tem sua própria conceituação, conforme depoimento da líder e gestora do Museu, Dirce Jorge Lipu Pereira gravado em 20 de outubro de 2017:

[...] lembrar dos nossos antepassados, que eles continua sempre vivo no meio de nós, eu aprendi com a minha mãe, aprendi com a nossa Candire, muito amada, hoje que o trabalho, o meu trabalho é muito com as crianças, o que eu aprendi com a minha mãe, que minha mãe também foi-se embora, mas está junto comigo. Aonde eu estou, sei que ela está comigo, que ela já falou isso comigo, onde você estiver eu estarei com você.

O que ela me ensinou, o que ela me passou, hoje o trabalho eu faço com as minhas crianças, as minhas crianças participa de tudo, alimentos, construção de cabana, tudo o que a gente vai fazer, entrar na mata, quem entrar na mata já ensino pra eles que tem que entrar com respeito.

Não só ensino as minhas crianças, mas também ensino os meus parceiros não índio, então eles estão comigo, eu estou sempre falando pra eles respeito, você nunca entra sem nós indígenas estarem com vocês.

Então é isso o que a gente ensina, nós ensina bastante as crianças, as crianças estão sempre envolvidas com o trabalho. Então isso é museu.

Então é como eu falo. Nós andamos museu, deitamos museu, levantamos museu.

Nós vivemos museu.

Então os nossos antepassados, nós tá sempre lembrando...”ah eles morreram”, não, eles só se desligaram da carne, só a carne. Mas eles continuam sempre com nós. Quando a gente fala dos nossos antepassado, nós tá sempre lembrando deles.

Então é isso que eu digo para vocês. Isso é museu, museu vivo.

O Museu Wowkriwig fica no espaço Kaingang cuidado pela Dirce, junto à sua casa, à roça, suas criações e ao espaço das bacanas construídas pelos membros do grupo. É nesse lugar e outros na aldeia, como trilhas e matas, que a visita acontece, considerando os mais diferentes públicos. Escolas se favorecem com estudo do meio, contato com artesanato, dança e música, como também com alimentos tradicionais, mediante agendamento prévio. O contato pode ser pelo facebook com Dirce Jorge ou Susilene Deodato.

Além do importante papel que os museus indígenas desempenham para os seus grupos, eles são excelentes oportunidades para não indígenas conhecerem outros modos de vida, princípios e valores, sempre para a construção do respeito. Para tanto, espera-se que o visitante vá para esses museus de coração e mente abertos e, é sempre bom frisar, com o respeito que os povos indígenas merecem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os museus indígenas consistem em outra resposta indígena ao museu e ao papel social que pode assumir. Os indígenas se apropriaram plenamente do museu, tanto que realizam as suas próprias instituições, objetos de bastante atenção de pesquisadores (ABREU, 2012; FREIRE, 2009; GOMES, 2012; OLIVEIRA, 2012; ROCA, 2015a; ROCA, 2015b, SANTOS, 2017, A. L. SILVA, 2016, VIDAL, 2013; VIDAL, 2008), fenomeno que se repete, à exemplo do que já ocorre no exterior (FERREIRA, RAMÍREZ, 2015; MEZA, FERREIRA, 2016; ORTIZ MACIEL, 2012; ROCA, 2015a; ROCA, 2015b; SCARAMELLI, SCARAMELLI, 2015; STANLEY, 2007). Esse movimento não existe somente no Brasil, no México há muitos museus comunitários indígenas, em regiões como Yucatán, Oaxaca, Nayarit, Chihuahua, Guerrero, Hidalgo, Veracruz, Puebla, Tlaxcala, Chiapas, Durango etc. Há também organizações como a União Nacional de Museus Comunitários e Ecomuseus e a Rede Interestatal de Museus Comunitários e Ecomuseos do Norte. Nos EUA e Canadá os museus indígenas estão presentes também.

Em São Paulo, no Oeste, surgem museus indígenas decorrentes de ações conjuntas entre os indígenas presentes na região paulista – Guarani Nhandewa, Kaingang, Krenak e Terena –, o Museu Índia Vanuïre e o MAE-USP, o que demonstra que parcerias não são determinantes, a autonomia dos indígenas é, mas podem incentivar a formação de museus indígenas, como o que se supõe ocorreu igualmente com o Projeto Museus Indígenas de Pernambuco da UFPE, o Projeto Historiando e a Rede Cearense de Museus Comunitários.

Os museus antropológicos se transformam pela colaboração e outras metodologias que permitem a participação ativa dos indígenas em suas ações, projetos, atividades etc. Isso implica que esses museus dependem dos indígenas e do processo de indigenização para a sua descolonização. Se há alguma verdade nessa afirmação, talvez não haja na situação dos museus indígenas. Nessa situação comunitária a colaboração é melhor definida como “*parceria*”, que pode ocorrer, talvez seja necessária, mas sempre definida pelos indígenas, senão seria mais uma forma de apropriação de não indígenas sobre indígenas. A colocação é forte, mas ajuda ao entendimento do papel dos museus indígenas e as relações que podem estabelecer com parceiros, sempre vislumbrando a autonomia de gestão museal.

Primeiro, concordo com Andréa Roca quando nos coloca sobre soberania indígena em processos museais e tanto ela quanto eu consideramos que a soberania é mais plausível nos museus indígenas, cujas pautas, agendas, tempos, ritmos e outras decisões cabem aos indígenas envolvidos. Por outro lado, e considerando-se a histórica relação desigual entre indígenas e não indígenas no Brasil, o parceiro pode ser, não raramente, aquele que se posicionará na desigualdade, podendo fazer-se prevalecer na negociação no museu antropológico. As práticas colaborativas não garantem a descolonização, essas práticas implicam em relações e implicações das partes. O jogo de poder equilibrado é que garantirá a equidade nas relações, mas nos museus indígenas,

creio, deve prevalecer a decisão indígena, os parceiros têm participação, mas não lideram, não prevalecem, pois estão submetidos à agência indígena. A equidade deve estar no museu tradicional, pois são instituições públicas que servem a sociedade, mas não necessariamente no museu indígena. De fato, o parceiro é sempre um elemento externo, o outro cultural e, ainda nos mantendo nos fatos, ele não participa de tudo, aliás, ele participa daquilo que é autorizado a ele, com restrições, tendo um “denominador comum: o controle indígena sobre seus recursos, estreitamente vinculado ao controle sobre sua representação cultural” (ROCA, 2016a, p. 143). A autorrepresentação pode e deve acontecer no museu tradicional, mas acontecerá com plena autonomia e soberania no museu indígena, o conhecimento indígena é de seus criadores, inclusive o museu indígena, a instituição ocidental apropriada e reinventadas por eles.

Ao evidenciar problemáticas a serem enfrentadas, espera-se que as políticas públicas avancem no Brasil para apoiar a crescente indigenização dos museus, o que o Canadá já conseguiu para garantir a participação indígena nos museus (TANGUY, 2016; ROCA, 2015a; ROCA, 2015b.), como também o México com seus museus comunitários, no caso mexicano, os museus indígenas se inserem numa da categoria maior, museus comunitários (MÉNDEZ LUGO, 2008).

Finalizando, provooco os leitores a visitarem museus, seja os federais, estaduais, municipais, universitários, de antropologia e arqueologia, como também de outras tipologias, pois todos têm compromissos com os indígenas, pois o espaço dos indígenas é em qualquer museu que eles decidam estar. Mas a provocação vai para a visitação de museus indígenas. Nem todo museu indígena está em aldeias, mas o contato com a cultura no seu lugar pode ser bastante elucidativo e estimulante.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Museus indígenas no Brasil: notas sobre as experiências Tikuna, Wajãpi, Karipuna, Palikur, Galibi Marworno e Galibi Kali'na. In: FAULHABER, Priscila et al. (Org.). **Ciências e fronteiras**. Rio de Janeiro: Mast, 2012. p.285-312.

ATHIAS, Renato. Os objetos, as coleções e os museus. In: MOTTA, Antonio; BARRIO, Angel Espina; GOMES, Mário Hélio (Orgs.). **Inovação cultural, patrimônio e educação**. Recife: Massagana, 2010. p. 303-312.

CAMPOS, José da Silva Barbosa de. Preservação da cultura Kaingang pelo conhecimento dos antepassados. In: POVOS INDÍGENAS E PSICOLOGIA: A PROCURA DO BEM VIVER. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 2016. p.53-57.

COUTO, Ioni Helena Pereira. Desenvolvimento e gestão das coleções etnográficas do Museu do Índio: 1942 aos dias de hoje. In: CURY, Marília Xavier (Org.). **Direitos indígenas no museu** - novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervo em discussão. São Paulo: SEC: ACAM Portinari: MAE-USP, 2016. p. 115-127.

CURY, Marília Xavier. Lições Indígenas para a Descolonização dos Museus – Processos Comunicacionais em discussão. **Cadernos CIMEAC**, v. 7, n. 1, p. 184-211, 2017.

CURY, Marília Xavier. Direitos indígenas no museu - Novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervo em discussão – Introdução. In: _____(Org.). **Direitos indígenas no museu** - Novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervo em discussão. Brodowski, São Paulo: ACAM Portinari, Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, Secretaria da Cultura do Estado de SP, 2016a. p. 12-22. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/116/99/500-1>.

CURY, Marília Xavier. Museus e indígenas – Saberes e ética, novos paradigmas em debate: Introdução. In: _____(Org.). **Museus e indígenas: saberes e ética, novos paradigmas em debate**. São Paulo: Secretaria da Cultura: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2016b. p. 12-20. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/86/74/359-1>.

CURY, Marília Xavier. Relações (possíveis) museus e indígenas – em discussão uma circunstância museal. In: LIMA FILHO, Manuel; ABREU, Regina; ATHIAS, Renato (Orgs.). **Museus e atores sociais: perspectivas antropológicas**. Recife: UFPE: ABA, 2016c. p. 149-170.

CURY, Marília Xavier. Casos e acasos de um museu: um relato acerca do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuüre. In: VASCONCELLOS, Camilo de Mello; FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline. **Museus e identidades na América Latina**. São Paulo: Annablume, 2015. p. 245-259.

CURY, Marília Xavier. Museologia, comunicação museológica e narrativa indígena: A experiência do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuüre. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 1, p. 49-76, 2012a.

CURY, Marília Xavier. Análise de exposições antropológicas. Subsídios para uma crítica. In: **Anais XIII Enancib**. Rio de Janeiro: Ancib, 2012b. p. 1-20. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/viewFile/3923/3046>. Acesso em: 10/10/2017.

CURY, Marília Xavier; YONAMINE, Denise. Centro de Referência Kaingang: coleção, conservação, pesquisa e comunicação da cultura indígena. In: CURY, Marília Xavier (Org.). **Questões indígenas e museus** - Enfoque regional para um debate museológico. 1ed. Brodowski, São Paulo: ACAM Portinari, Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, Secretaria da Cultura do Estado de SP, 2014. p. 199-203.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi; RAMÍREZ, Jesús Antonio Machuca. Comunidade, identidade e gestão: um estudo sobre os museus comunitários de Oaxaca, México. In: VASCONCELLOS, Camilo de Mello; FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline (Org.). **Museus e identidades na América Latina**. São Paulo: Annablume, Unicamp, 2015. p. 37-53.

FREIRE, José R. Bessa. A descoberta do museu pelos índios. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 217-253.

GOMES, Alexandre Oliveira. **Aquilo é uma coisa de índio**: objetos, memória e etnicidade entre os Kanindé do Ceará. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012.

GONÇALVES, José R. S. O templo e o fórum. Reflexões sobre museus, antropologia e cultura. In: **A invenção do patrimônio**: continuidade ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995. p. 55-66.

GUIMARÃES, Viviane Wermelinger. **Exposição museológica do Museu de Arqueologia e Etnologia - UFSC**: espaço para construção de parcerias. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Universidade de São Paulo, 2014.

LIMA, Leilane Patricia de. A Arqueologia e o patrimônio arqueológico indígena em exposições museais no centro-oeste de São Paulo e norte do Paraná: questões preliminares. In: CURY, Marília Xavier (Org.). **Direitos indígenas no museu** - novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervo em discussão. São Paulo: SEC: ACAM Portinari: MAE-USP, 2016. p. 115-127.

MÉNDEZ LUGO, Raúl Andrés. **Mapa situacional de los museos comunitarios de México**. México: Unesco, 2008.

MEZA, Elis; FERREIRA, Lucio Menezes. Memórias patrimonializadas de los Mapoyo: narrativas patrióticas y políticas de la identidad na Venezuela. **Revista Morpheus – Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, v. 9, n. 16, p. 60-84, ago./set. 2016.

NASCENTE, Livia da Silva. **Memória, museu e narrativas coletivas** – Os Povos Indígenas do Oiapoque no Museu do Índio. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco de; SANTOS, Rita de Cássia Melo. Descolonizando a ilusão museal – etnografia de uma proposta expositiva. In: LIMA FILHO, Manuel; ABREU, Regina; ATHIAS, Renato (Org.). **Museus e atores sociais**: perspectivas antropológicas. Recife: UFPE: ABA, 2016. p. 17-55.

OLIVEIRA, João Pacheco de. A refundação do Museu Magüta: etnografia de um protagonismo indígena. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Org.) **Coleções e colecionadores**: A polissemia das práticas. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2012.

ORTIZ MACIEL, Demián. Abriendo caminos para la museología comunitaria en México: el caso de san Juan Raya, Puebla. In: CURY, Marília Xavier; VASCONCELLOS, Camilo de Mello; ORTIZ, Joana Montero (Org.). **Questões indígenas e museus**: debates e possibilidades. São Paulo: Secretaria da Cultura: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2012. p. 137-150.

PEREIRA, Dirce, Jorge Lipu. Resistência e defesa da cultura Kaingang. In: **POVOS INDÍGENAS E PSICOLOGIA: A PROCURA DO BEM VIVER**. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 2016. p.53-57.

PEREIRA, Edmundo. Representação fonográfica e curadoria sonora: notas sobre dialogia e desentendimento. In: CURY, Marília Xavier (Org.). **Direitos indígenas no museu** - novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervo em discussão. São Paulo: SEC: ACAM Portinari: MAE-USP, 2016. p. 33-49.

PORTO, Nuno. Para uma museologia do sul global. Multiversidade, descolonização e indenização dos museus. **Revista Mundaú**, n. 1, p. 59-72, 2016.

ROCA, Andrea. Acerca dos processos de indigenização dos museus: uma análise comparativa. **Mana**, v. 21, n. 1, p. 123-155, 2015a.

ROCA, Andrea. Museus indígenas na Costa Noroeste do Canadá e nos Estados Unidos: colaboração, colecionamento e autorrepresentação. **Revista de Antropologia** (USP. Impresso), v. 58, p. 117-142, 2015b.

SANTOS, Suzenaldo da Silva. Os Kanindé no Ceará. O Museu indígena como uma experiência em museologia social. IN: CURY, Marília Xavier (Org.). **Museus e indígenas: saberes e ética, novos paradigmas em debate**. São Paulo: Secretaria da Cultura: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2016. p. 156-160.

SANTOS, Suzy da Silva. **Ecomuseus e museus comunitários no Brasil: estudo exploratório de possibilidades museológicas**. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SANTOS, Suzana Primo dos; GARCÉS, Claudia Leonor López. A coleção etnográfica do Museu Goeldi e os povos indígenas: desafios contemporâneos. In: CURY, Marília Xavier (Org.). **Direitos indígenas no museu** – Novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervos em discussão. São Paulo: Secretaria da Cultura: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2016. p. 76-22.

SCARAMELLI, Franz; SCARAMELLI, Kay Tarble de. Museu Comunitário Murükuní: o passado e o presente nas políticas de cultura, identidade e representação Mapoyo. In: VASCONCELLOS, Camilo de Mello; FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline (Org.). **Museus e identidades na América Latina**. São Paulo: Annablume, Unicamp, 2015. p. 67-83.

SILVA, Aramis Luis. Meruri 2015: do território cultural ao território dos entraves morais. In: CURY, Marília Xavier. (Org.). **Direitos indígenas no museu** – Novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervos em discussão. São Paulo: Secretaria da Cultura: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2016. p. 178-194.

SILVA, Fabíola Andréa. A Curadoria da Coleção Asurini do Xingu no *Weltmuseum Wien*. In: CURY, Marília Xavier (Org.). **Direitos indígenas no museu** – Novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervos em discussão. São Paulo: Secretaria da Cultura: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2016. p. 128-134.

SILVA, Fabíola Andréa; GORDON, Cesar (Eds.). **Xikrin**: uma coleção etnográfica. São Paulo: EDUSP. 2011.

STANLEY, Nick (Ed.). **The Future of Indigenous Museums**: Perspectives from the Southwest Pacific. New York: Berghahn Books, 2007.

TANGUAY, Jean. Política, representação e diálogo nos Museus da Civilização: Primeiros Povos e museologia indígena no Québec. In: CURY, Marília Xavier. (Org.). **Direitos indígenas no museu** – Novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervos em discussão. São Paulo: Secretaria da Cultura: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2016. p. 229-238.

VIDAL, Lux Boelitz. Kuahí. The indians of the lower Oiapoque and their museum. **Vibrant**, 10 (1): 387-423. 2013.

VIDAL, Lux Boelitz. O museu dos povos indígenas do Oiapoque – Kuahí. Gestão do patrimônio cultural pelos povos indígenas do Oiapoque, Amapá. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira; NEVES, Kátia Regina Felipini (Org.). **Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento**. Propostas e reflexões museológicas. São Cristóvão: Museu de Arqueologia do Xingó, 2008. p.173-182.

Sites consultados:

Museu de Arqueologia e Etnologia Oswaldo Rodrigues Cabral, Universidade Federal de Santa Catarina MARqE-UFSC. <http://museu.ufsc.br>. Acesso em: 25/10/2017.

Museu do Índio. <http://www.museudoindio.gov.br>. Acesso em: 10/10/2017.

Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre. <https://www.museuindiavanuire.org.br>. Acesso em: 10/10/2017.

Rede Tucum. <http://www.tucum.org>. Acesso em 10/10/2017.

***Museum circuits for critical visitation:
decolonization and protagonism of indigenous people***

Abstract

Museums and Museology have some accounts to settle with indigenous people in Brazil. For more than a century, museum institutions have represented indigenous people under colonial tutelage. Such position must be changed immediately in order to meet the demands of indigenous people in Brazil for having the independence and sovereignty to build their own histories, memories and social relations. Museums have been acquiring instruments through collaboration initiatives to make the institution more indigenous and decolonizing it. This effort comprises both the classical museum model and the indigenous museum, even if in different but complementary manners. The article develops an argument along those lines, highlights issues for observation and reflection, and presents some national, state, university and indigenous museums as an invitation to visit museum exhibitions in a critical manner.

Keywords: *Decolonization of museum, Indigenous museums, Representation in museums, Self-narratives in museums, Collaborative work.*

Artigo recebido em 29/07/2017. Aceito para publicação em 28/10/2017.